

SOMOS TODOS CIDADÃOS

TRANSFORME
SUA INDIGNAÇÃO
EM ATITUDE



LUPINHA E O CONTROLE SOCIAL



“Olá...Eu sou o Lupinha e gostaria de compartilhar com vocês alguns conhecimentos acerca do controle social... que tal me acompanhar?”

Vivemos em uma sociedade organizada e compartilhamos diversos ambientes: familiar, escolar, do trabalho e social.



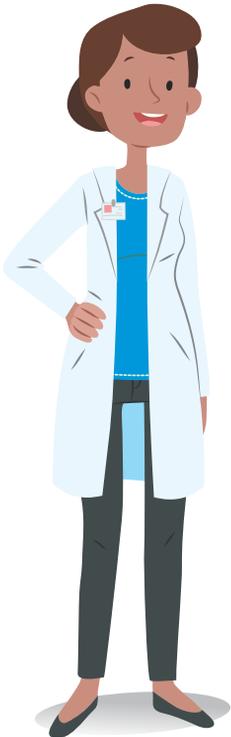
No ambiente familiar convivemos com nossos pais, irmãos, tias e avós e nele passamos a maior parte de nossa vida. Neste ambiente os adultos contribuem para a manutenção dos gastos, tais como: moradia, alimentação, vestuário, saúde, entre outros.

No ambiente escolar iniciam-se os estudos a partir da educação infantil, isto é, a partir dos 4 anos de idade, com o objetivo de adquirir conhecimentos para a formação profissional e para aprender a administrar a vida adulta, assegurando condições mínimas necessárias para sobreviver, se alimentar, vestir e ser feliz.

É, também, no ambiente escolar, que compartilhamos conhecimentos e passamos uma parte de nossa vida. Além disso, na escola, o espaço é compartilhado com os demais colegas, professores e funcionários.

Mas também tem o ambiente **social**, onde realizamos as atividades de esporte, lazer e cultura. Neste ambiente gostamos de passar a maior parte do tempo, compartilhamos alegrias, amizades, relacionamentos e muitos aprendizados para a vida.

Porém, é no ambiente de **trabalho** que passamos a maior parte de nossas vidas, e pode ser iniciado a partir dos 14 anos de idade, na condição de menor aprendiz e, normalmente, termina com a aposentadoria que acontece aos 65 anos para o homem urbano e/ou 35 anos de contribuição para o seguro social (INSS), e, para a mulher, aos 60 anos e/ou 30 anos de contribuição. Neste ambiente, utiliza-se dos conhecimentos adquiridos na escola.



Ainda, convive-se com outras pessoas e algumas farão parte de nossas vidas, por um tempo, por um período ou até por uma vida inteira.

Nestes diversos ambientes em que nascemos, crescemos e morremos é que chamamos de “**sociedade**”.

Esse termo tem por significado “**grupo humano que habita em certo período de tempo e espaço, seguindo um padrão comum; coletividade**” e é próprio da natureza humana, pois ninguém vive sozinho.



Desta forma, na sociedade, todos contribuem para o bem comum, afinal, são muitos gastos e todos usufruem, de uma forma ou de outra, desde o nascimento, ou até mesmo antes dele, ou ainda e até a morte, ou depois dela.

E todos estes ambientes possuem estruturas e serviços mínimos necessários que devem ser mantidos com a contribuição de todos - contribuição esta na forma de “**Tributos**”.

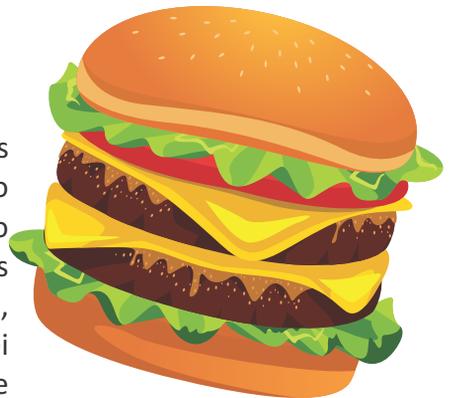
E são muitos, por exemplo: Tributos embutidos nos preços dos produtos e serviços (ICMS, ISSQN, IPI, CIDE, PIS e COFINS), tributos incidentes sobre a Renda (IRPF, IRPJ), Contribuição para a Seguridade Social

(Aposentadoria), taxas diversas como coleta de lixo e outros utilizados para pagamento das mais diversas finalidades, tais como: **gastos com educação, saúde e segurança, serviços de saneamento e energia elétrica, entre outros.**

Todos contribuem com uma parcela, pois, para se viver em sociedade e usufruir dos serviços públicos, esses precisam ser mantidos e pagos com recursos dos contribuintes. Sabemos que HOSPITAIS precisam de médicos e enfermeiras, ESCOLAS precisam de professores, merendeiras e zeladoras e, para o transporte, são necessários ESTRADAS, RUAS, CALÇADAS, VIADUTOS, assim como os demais serviços colocados à disposição dos indivíduos.

Sabe aquele lanche que você compra no shopping?

Parte do seu preço é composto por alguns tributos que serão utilizados para o pagamento desses serviços e, quando são recolhidos aos cofres públicos, são utilizados de acordo com a previsão Orçamentária, dentro dos limites aprovados em lei: a Lei Orçamentária Anual (LOA). Os produtos e serviços consumidos carregam uma parcela de tributos, uns mais, outros menos, e todos são necessários. Desta forma, direta ou indiretamente, todos contribuem.



Mas, para que esses serviços e estruturas funcionem adequadamente e sejam bem administrados, escolhemos por meio do voto, a cada 4 anos, os Gestores, os quais devem ser pessoas honestas, idôneas, com ficha limpa e comprometidas com a sociedade, visto que irão administrar todos estes recursos.

A gestão é participativa, o povo escolhe seus representantes para um período de mandato e isso chamamos de Democracia – regime político em que a soberania é exercida pelo povo; a palavra democracia tem origem no grego *demokratía* que é composta por *demos* (significa povo) e *kratos* (significa poder).

E, para tudo isso, dispomos de uma **Estrutura Social e Política** que está dividida da seguinte forma: **Poder Executivo, Legislativo e Judiciário**.

Esse conjunto de poderes faz parte do sistema social e político do nosso país, denominado **República Federativa do Brasil**, com o território subdividido em Municípios, Estados e Distrito Federal.

OS TRÊS PODERES





EXECUTIVO

Os gestores públicos são os responsáveis pelo **Poder Executivo** e fazem a gestão dos recursos com sua equipe de trabalho em conjunto com os servidores contratados para a execução dos serviços públicos, nas mais diversas áreas, tais como saúde, educação, segurança, transporte, finanças.

Muitas decisões também são tomadas com a participação dos Conselhos Municipais (Conselho Municipal de Saúde, da Educação, etc.) compostos por representantes do município e da sociedade civil organizada (igreja, sindicatos, associações, entre outros) com a finalidade de permitir a participação popular na administração pública.

E ainda há outros órgãos vinculados como os Ministérios do Brasil que são órgãos do Poder Executivo Federal Brasileiro. Desde fevereiro de 2018, são 29 pastas ministeriais, sendo 23 ministérios, duas secretarias e quatro órgãos equivalentes a ministérios. Cada ministério é responsável por uma área específica e é liderado por um ministro. O titular da pasta é escolhido pelo Presidente da República a cada mandato, e, no Brasil, atualmente, é de quatro anos.

Dentre os Ministérios e respectivas Autarquias que compõem o Governo Federal, o mais antigo é o da Justiça, criado em 3 de julho de 1822, pelo Príncipe Regente D. Pedro, denominada Secretaria de Estado de Negócios da Justiça. Os ministros auxiliam o Presidente da República no exercício do Poder Executivo. O de Relações Exteriores, por exemplo, assessora na formulação e execução da política externa brasileira.

Os Ministérios elaboram normas, acompanham e avaliam os programas federais, formulam e implementam as políticas para os setores que representam. São encarregados, ainda, de estabelecer estratégias, diretrizes e prioridades na aplicação dos recursos públicos.



LEGISLATIVO

As leis são criadas e/ou modificadas pelo **Poder Legislativo** tanto nas esferas municipais, estaduais como federais. Leis são regras, prescrições escritas que emanam da autoridade soberana de uma sociedade e impõe a todos os indivíduos a obrigação de submeter-se a ela sob a pena de sanções.

Todo estão subordinados à lei, especialmente à Constituição Federal do Brasil, aprovada pela Assembleia Nacional Constituinte em 22 de setembro de 1988 e promulgada em 5 de outubro de 1988, que é a lei fundamental e suprema do Brasil.

O espaço onde as leis são criadas ou modificadas nas esferas municipais denomina-se Câmara de Vereadores, nos governos estaduais, Assembleia Legislativa, e, no governo Federal, Câmara de Deputados e Senado Federal.

As leis são criadas ou modificadas por vereadores, deputados e senadores, representantes do povo, eleitos também por meio do voto, com mandato de 4 anos.

As Câmaras Municipais são de extrema importância na administração financeira dos Municípios. As Câmaras também possuem o poder e o dever de fiscalizar as contas do Poder Executivo, "mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei", bem como as Assembleias e as Câmaras de Deputados.



JUDICIÁRIO

O poder judiciário é formado pelos juízes, promotores e servidores e possui a capacidade e a prerrogativa de julgar, de acordo com as regras constitucionais e leis criadas pelo poder legislativo. A principal função do Poder Judiciário é defender os direitos dos cidadãos, promovendo a justiça e resolvendo os prováveis conflitos

que possam surgir na sociedade, por meio da investigação, apuração, julgamento e punição.

Podemos citar como órgãos do Poder Judiciário, os fóruns de Justiça Estadual, Justiça Federal, Ministérios Públicos, Tribunais e Procuradoria.



O MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU

O Município de Foz do Iguaçu está localizado no extremo oeste do Paraná, na divisa do Brasil com o Paraguai e a Argentina. Com cerca de 264.044 mil habitantes (estimativa do IBGE para 2017). Foz do Iguaçu é caracterizada por sua diversidade cultural e possui uma área total de 617,71 km².



O MUNICÍPIO POSSUI

- **51** escolas públicas de ensino fundamental,
- **37** CMEIs - Centros Municipais de Educação infantil, que é de responsabilidade do Município,
- **1** hospital público Pe. Germano Lauck, 2 UPAS – Unidade de Pronto Atendimento 24 horas e 28 Unidades de Saúde de Atenção Básica distribuídos nos bairros.
- Possui aproximadamente 6.249 servidores públicos, sendo em julho de 2018: 4.725 estatutários (concurados); 615 no regime CLT (temporários); 232 Cargos comissionados; 450 estagiários e 227 menores aprendizes (Guarda Mirim), que trabalham nas mais diversas áreas sob a gestão do Prefeito (**Poder Executivo**).
- Possui 15 vereadores (**Poder Legislativo**) eleitos pelo povo (**Democracia**) sob a proteção da Justiça (Poder Judiciário) nas esferas Estaduais (Fóruns), Federais (**Justiça Federal**), Tribunais de Justiça do Trabalho, Eleitorais, Ministério Público e Procuradorias.
- Possui ainda 30 escolas públicas de ensino médio de responsabilidade do Estado e 2 universidades públicas (Unioeste e Unila), além do Instituto Tecnológico Federal do Paraná – **ITFPR**, de responsabilidade do Governo Federal.



Como pode ser observado, são muitos os serviços colocados à disposição dos indivíduos, contudo, para que os recursos possam ser bem aplicados, todos devem colaborar, inclusive por meio do controle social.

Mas como eu havia comentado no início...o que é mesmo controle social?

O controle social, entendido como a participação do cidadão na gestão pública, é um mecanismo de prevenção da corrupção e de fortalecimento da cidadania. No Brasil, a preocupação em se estabelecer um controle social forte e atuante torna-se ainda maior, em razão da sua extensão territorial e do grande número de municípios que possui.



Assim, o controle social revela-se como complemento indispensável para o controle institucional, exercido pelos órgãos fiscalizadores. Para que os cidadãos possam desempenhá-lo de maneira eficaz, é necessário que sejam mobilizados e recebam orientações sobre como podem ser fiscais dos gastos públicos (Cartilha Coleção Olho Vivo- Controle Social – CGU).

O controle social pode ser exercido pelos conselhos de políticas públicas ou, diretamente, pelos cidadãos, individualmente, ou de forma organizada.

Os conselhos são instâncias de exercício da cidadania, que abrem espaço para a participação popular na gestão pública. Nesse sentido, os conselhos podem ser classificados conforme as funções que exercem. Assim, os conselhos podem desempenhar, conforme o caso, funções de fiscalização, de mobilização, de deliberação ou de consultoria.

Mesmo sem participar dos conselhos, cada cidadão ou grupo de cidadãos, isoladamente ou em conjunto com entidades ou organizações da sociedade civil, pode ser fiscal das contas públicas. Cada um desses atores sociais pode, por exemplo, verificar se o município, o Distrito Federal, o Estado e a União realizaram, na prática, as obras das escolas conforme previsto ou se os valores das notas fiscais e valores das compras e obras realizadas são compatíveis com os preços de mercado.



E, DE QUE FORMA, COMO CIDADÃO, POSSO TER ACESSO AOS GASTOS PÚBLICOS?

É dever de todo ente público informar à população, com clareza, sobre como gasta o dinheiro e prestar contas dos seus atos. Estas informações devem estar disponíveis na internet, nos PORTAIS DA TRANSPARÊNCIA, e devem ser disponibilizadas com uma linguagem clara, que possa ser compreendida pelos cidadãos de uma forma simples, conforme assegura a Lei de Acesso à informação Lei nº 12.527/2011 que dispõe:

Art.6º Cabe aos órgãos e entidades do poder público, observadas as normas e procedimentos específicos aplicáveis, assegurar a:
I - gestão transparente da informação, propiciando amplo acesso a ela e sua divulgação;

Acesse o Portal da Transparência do nosso Município

<http://www2.pmfi.pr.gov.br/giig/portais/portaldatransparencia/defaultPortalV2.aspx>

Acesse o Portal da Transparência da Câmara dos Vereadores de Foz do Iguaçu

<http://www2.cmfi.pr.gov.br/giig/portais/portaldatransparencia/defaultPortalV2.aspx>

Acesse o Portal da Transparência do Estado do Paraná

<http://www.transparencia.pr.gov.br/>

Acesso o Portal da Transparência do Governo Federal

<http://www.portaltransparencia.gov.br/>

Acesse o Portal Informação para Todos (PIT) do Tribunal de Contas do Estado do Paraná:

<http://servicos.tce.pr.gov.br/TCEPR/Tribunal/Relacon/Entidade>

As pessoas podem se organizar para cuidar de como é gasto o dinheiro público. Uma das formas de organização pode ser por meio dos Observatórios Sociais (OS) que é um espaço para o exercício da cidadania, o qual deve ser democrático e apartidário e reunir o maior número possível de entidades representativas da sociedade civil com o objetivo de contribuir para a melhoria da gestão pública.

Cada Observatório Social é integrado por cidadãos que transformaram o seu direito de se expressar em atitude a favor da transparência e da qualidade na aplicação dos recursos públicos. É composto por empresários, profissionais, professores, estudantes, funcionários públicos e outros cidadãos que, voluntariamente, entregam-se à causa da justiça social.

A METODOLOGIA DE TRABALHO DOS OBSERVATÓRIOS SOCIAIS COMPREENDE 3 ETAPAS:

1ª FASE

- Ação preventiva
- O Observatório avisa o Gestor Público (ou quem promove a licitação)
- O observatório analisa, identifica indícios de irregularidades, informa e cobra providências

2ª FASE

- Ação corretiva
- O Observatório avisa a Câmara de Vereadores e cobra providências

3ª FASE

- Quando o Observatório não consegue resolver com o Gestor e com a Câmara de Vereadores, repassa a informação para o Ministério Público ou para os órgãos de controle e fiscalização
- Comunica e aguarda a abertura de procedimentos investigativos.

E o resultado da atuação dos Observatórios Sociais no Brasil é bastante expressivo e demonstra que são cerca de 3 mil voluntários trabalhando pela causa da justiça social nos Observatórios Sociais pelo Brasil afora.

Estima-se que nos últimos quatro anos (2013 – 2016), com a contribuição desses voluntários, houve uma economia de mais de R\$ 1,5 bilhão para os cofres municipais.

E a cada ano mais de R\$ 300 milhões do dinheiro público deixam de ser gastos desnecessariamente.



CADA UM DE NÓS PODE SER UMA ÁREA LIVRE DE CORRUPÇÃO!

Área livre de corrupção é toda pessoa, empresa, organização social e órgão público que tenha como princípios e valores as boas práticas de ética, moralidade, transparência, cidadania e profissionalismo primando por relações saudáveis na família, na escola, na empresa, no serviço público, nos eventos sociais.

Cada cidadão pode assumir o papel de protagonista das mudanças que todos

queremos ver no Brasil, praticando e motivando outras pessoas a incorporar as boas práticas de conduta por meio das pequenas atitudes!

NA MINHA CIDADE TEM OBSERVATÓRIO SOCIAL?

Em 16/06/2009, aconteceu a primeira reunião para implementação da OSFI e teve a participação de várias entidades e empresas.

Em 05/08/2009, ocorreu a segunda reunião da OSFI, na ACIFI, e foram discutidos os métodos para implantar e operacionalizar o Observatório na cidade. A partir daí, o estatuto social foi desenvolvido e, em 15/09/2009,

realizou-se a primeira Assembleia Geral de Constituição do Observatório Social, na qual foi aprovado o Estatuto do órgão e foi eleita a primeira Diretoria, que cumpriu mandato de dois anos. Estiveram presentes representantes da sociedade, das entidades e organizações sociais.

Muitas ações foram realizadas e resultados positivos obtidos a partir da criação dos Observatórios Sociais, órgãos mantidos com recursos de terceiros e contribuições de diversos voluntários.



Observatório

SOCIAL DE FOZ DO IGUAÇU

SÃO MANTENEDORES ATUAIS DO OBSERVATÓRIO SOCIAL
EMPRESAS, ASSOCIAÇÕES E DIVERSAS PESSOAS FÍSICAS.



Pessoas físicas e Conselho de Veneráveis Mestres das Lojas Maçônicas do Extremo Oeste do Paraná

E, para finalizar convido-o para participar de um teste que tem como objetivo analisar o comportamento com relação às situações éticas e de corrupção e provocar uma reflexão.

TESTE DE ÉTICA

Você passaria no Teste? Você faria o que é certo? Por quê?

Pesquisa aplicada aos jovens e adolescentes da região de Foz do Iguaçu (PR) estudantes do ensino médio, sobre várias situações do dia a dia e como reagiriam, situações que mais cedo ou mais tarde, todos nos deparamos.

Os resultados são um exercício de autoavaliação - talvez um teste para a capacidade de responder a perguntas com honestidade.

1. Ao sair de um supermercado, você percebe que a caixa lhe deu R\$ 10 a mais de troco. Você volta e devolve o dinheiro?

Sim() Não()

2. Seu amigo oferece o carro para dirigir e você não tem carteira de habilitação. Você aceita dirigir?

Sim() Não()

3. Você tem oportunidade de comprar mais barato sem nota fiscal, você concorda?

Sim() Não()

4. Os assentos do transporte estão lotados – exceto pelas vagas reservadas aos idosos e deficientes físicos. Você senta e ocupa mesmo assim?

Sim() Não()

5. Você descobre que é possível fazer um “acesso sem autorização” de TV por assinatura. Você faz isso?

Sim() Não()

6. Você precisa de envelopes e papéis em casa e os leva de um colega ou empresa em que trabalha?

Sim() Não()

7. Você encontra uma carteira na rua com R\$ 100, sem endereço do dono. Você entrega a carteira numa delegacia?

Sim () Não ()

8. Você vê o namorado/a de sua melhor amiga/seu melhor amigo andando de mãos dadas com um estranho. Você se sente obrigado a contar ao seu amigo(a)?

Sim () Não ()

9. Vocês está precisando de canetas e percebe que em seu local de trabalho/escola há canetas sobrando. Você coloca uma delas na bolsa e leva para casa?

Sim () Não ()

10. Está chovendo e você espera pelo ônibus numa longa fila. Quando o ônibus chega, você percebe que não há lugar para todos e você não vai conseguir entrar se não passar na frente das pessoas. Você fura a fila?

Sim () Não ()

11. Você está em um terminal de auto atendimento no banco e percebe um idoso com dificuldade fora do horário bancário, você aproveita a oportunidade de ganhar algo com isso?

Sim () Não ()

12. Um amigo oferece a você, de graça, uma cópia ilegal de um caro software de computador. Você o aceita e o instala no seu computador?

Sim () Não ()

13. Você faz uso da cola nas provas?

Sim () Não ()

14. A escola recebe alunos novos a cada ano. Com relação aos calouros, se você tivesse a oportunidade de participar de um trote com brincadeiras agressivas, você participaria?

Sim () Não ()

15. Seu amigo (maior de idade) se oferece para comprar bebidas alcoólicas pra você consumir, você aceita?

Sim () Não ()

16. Você tem oportunidade de trabalhar na campanha eleitoral para um candidato que concorre ao pleito municipal e percebe que o mesmo está comprando votos. Você, ainda assim, vota neste candidato?

Sim () Não ()

FONTES:

<http://www.pmfi.pr.gov.br>

<http://www2.pmfi.pr.gov.br/giig/portais/portaldatransparencia/defaultPortaIV2.aspx>

Cartilha Coleção Olho Vivo- Controle Social – CGU
fozdoiguacu.osbrasil.org.br

1ª EDIÇÃO- AGOSTO/2018

Tiragem: 2000 exemplares

Impressão:

Distribuição gratuita

Disponível também no site: fozdoiguacu.osbrasil.org.br

PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS:

Leonor Venson de Souza – Presidente do OSFI.

Elena Losi – Coordenadora do OSFI.

AGRADECEMOS PELA PARTICIPAÇÃO:

Ana Cristina Zuccaro Wajsman

Candice Ourique de Almeida

Daiane Luiza Bragagnolo

Giuliano Inzis

Kelly Renata Mariani Kozievitch

Marcelo José Bressan

Marli Maraschin de Queiroz

CONTRIBUIÇÃO

Centro Universitário Dinâmica das Cataratas - UDC

Supervisão: Carmen Aparecida Nunes Neto

Aluno Curso de Letras - Luis Fernando Nascimento Barros

CONTEÚDO VISUAL

Banco de vetores - Freepik.com



Observatório

SOCIAL DE FOZ DO IGUAÇU

OBSERVATÓRIO SOCIAL DE FOZ DO IGUAÇU
Rua Padre Montoya 451, Centro, Foz do Iguaçu.

✉ fozdoiguacu@osbrasil.org.br

➔ www.fozdoiguacu.osbrasil.org.br

☎ 45 3521.3306

PATROCÍNIO



APOIO

